Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 27 | abril de 2021

71

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

Flávia de Holanda Schmidt

**Diretor de Estudos e Políticas
Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Nilo Luiz Saccaro Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação
e Infraestrutura**

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais**

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

André Reis Diniz

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Carlos Henrique Leite Corseuil

Membros

Felipe Mendonça Russo

Lauro Ramos

Sandro Pereira Silva

Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio

Bruna de Souza Azevedo

Carolina Lopes de Carvalho Vital

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Máira Albuquerque Penna Franca

Leandro Pereira da Rocha

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2021

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996)- .- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).

Título da capa: Boletim Mercado de Trabalho (BMT)

ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho.

CDD 331.1205

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A edição de número 71 do *Boletim Mercado de Trabalho (BMT)* segue seu formato original, contemplando uma *Análise do Mercado de Trabalho* e três seções de análises mais aprofundadas: *Notas Técnicas*, *Políticas em Foco*, além de *Economia Solidária e Políticas Públicas*.

A seção *Análise do Mercado de Trabalho* destaca os principais indicadores de mercado de trabalho do quarto trimestre de 2020 até fevereiro de 2021 (a depender das informações disponíveis). Foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged e, a partir de 2020, Novo Caged). O mercado de trabalho apresentou recuperação da população ocupada, o que vem ocorrendo desde agosto de 2020, mas o nível desse indicador ainda se encontra em patamares consideravelmente baixos na série histórica da PNAD Contínua. A população ocupada em janeiro, estimada com os dados mensalizados e dessazonalizados da PNAD Contínua, foi em torno de 86,1 milhões de trabalhadores, um aumento de 6 milhões em comparação a julho, quando atingiu o menor valor da série. Já a massa de rendimentos efetivamente recebidos sofreu uma diminuição de 11,1% no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2021.

A taxa de desocupação dessazonalizada registrou em janeiro valor de 14,2%, segundo dados da PNAD Contínua, por trimestre móvel mensalizados. Esse valor, apesar de alto, está sendo beneficiado pelo recuo da força de trabalho, que diminuiu 5,7% na comparação anual. A queda na força de trabalho também pode ser notada pelo aumento do desalento, que chegou a 5,8 milhões de pessoas em idade de trabalhar. Os microdados de fluxos de indivíduos mostram que esse aumento se deu não só por desempregados que migraram para a inatividade, como também pelo fluxo direto de indivíduos da condição de ocupados para a inatividade por motivos ligados ao desalento. Finalmente, a taxa de desocupação combinada com subocupação teve aumento de 3,3 pontos percentuais (p.p.) no último trimestre em relação ao mesmo período de 2019, sugerindo que, mesmo com a recuperação observada na população ocupada, ainda pode ser demorada a volta do bem-estar dos trabalhadores a níveis pré-pandemia. Além da análise conjuntural do mercado de trabalho, este número do BMT traz contribuições adicionais organizadas em três seções.

A seção *Notas Técnicas* possui três textos. No primeiro deles, *Estimação de fluxos ocupacionais brutos com a PNAD Contínua, compensando a não resposta e considerando o plano amostral*, Guilherme A. P. Jacob e Pedro Luis do Nascimento Silva tratam do problema da estimação de fluxos brutos da situação ocupacional usando os dados da PNAD Contínua. Os autores

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt71/apresentacao>

estão preocupados principalmente com os fluxos brutos entre dois trimestres consecutivos de pessoas entre situações ocupacionais.

O texto relata uma aplicação do pacote *surf*, desenvolvido para estimar fluxos brutos considerando a não resposta e planos amostrais complexos, direcionada à estimativa dos fluxos brutos de situação ocupacional a partir da PNAD Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa aplicação permitiu revelar o viés causado por ignorar a não resposta diferencial e/ou o plano amostral complexo nas análises de fluxos brutos e líquidos de situação ocupacional no Brasil.

A nota técnica *O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da Covid-19: análise dos dados da PNAD Covid-19/IBGE*, de autoria de Raphael Santos Lapa, busca traçar uma análise geral dos trabalhadores que se enquadram nas categorias de entregadores e motoristas de aplicativo, por meio de dados coletados da pesquisa PNAD Covid-19. O texto traz informações sobre a quantidade de trabalhadores que se enquadram nessas categorias, atributos pessoais, informações sobre rendimentos, jornadas e condições de trabalho, além de dados que mostram o impacto da pandemia da Covid-19 sobre esses trabalhadores.

No último texto da seção, *Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia da Covid-19*, Joana Simões Costa, Ana Luiza Neves de Holanda Barbosa e Marcos Hecksher buscam identificar como as desigualdades no mercado de trabalho associadas a sexo, raça/cor e idade foram afetadas no Brasil durante a crise da pandemia de 2020. Os autores comparam fluxos de transição na situação de ocupação com períodos anteriores – com foco na crise anterior, no período de 2015 a 2016. A análise é feita a partir de dados coletados da PNAD Contínua entre 2012 e 2020, considerando os primeiros e segundos trimestres de cada ano.

A seção *Política em Foco* possui dois textos. O texto *Simplificação normativa trabalhista: o processo de revisão, desburocratização e consolidação dos atos normativos infralegais*, de autoria de Bruno Silva Dalcolmo, Daniela Ferreira Cruz e Pic, Luís Felipe Batista de Oliveira e Tatiana Severino de Vasconcelos, descreve o processo de revisão e simplificação de normas trabalhistas desempenhado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, iniciado no primeiro semestre de 2019. O resultado desse processo de consolidação consistiu na redução de mais de 1.100 atos em menos de vinte normas, com o objetivo de simplificar e desburocratizar o arcabouço regulatório trabalhista e a melhoria do ambiente de negócios brasileiro.

No segundo texto da seção, *Programas federais de manutenção de empregos e garantia de renda no contexto da pandemia em 2020: panorama geral de implementação e cobertura*, os autores Felipe Russo, Sandro Pereira Silva e Carlos Henrique Corseuil discutem sobre as ações tomadas pelo Estado brasileiro, no sentido de apoio econômico a cidadãos, famílias e empresas, para enfrentar a crise econômica resultante da pandemia da Covid-19. Foram abordados no texto, especificamente, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e o Programa de Auxílio Emergencial.

Por fim, a edição é encerrada pela seção *Economia Solidária e Políticas Públicas*, que traz quatro artigos. No texto *Informalidade, trabalho e economia solidária*, Luiz Inácio Gaiger traz uma discussão teórica sobre o conceito de emprego informal, propondo a distinção entre

esse termo e os conceitos de economia informal e economia popular. Dessa forma, com base em revisões bibliográficas no âmbito internacional e em pesquisas empíricas, o texto se opõe a teses correntes, que compreendem a informalidade como consequência das relações de subordinação da ordem capitalista, ou que a afirmam como reflexo da excessiva ou irracional ingerência do Estado.

O segundo texto, *Tecnologias sociais e habitação: análise das tecnologias habitacionais certificadas pela Fundação Banco do Brasil*, de autoria de Graziela Zucoloto, Larissa Pereira e Leonardo Szigethy, trata da análise das tecnologias sociais (TS) relacionadas ao setor habitacional e cadastradas na Fundação Banco do Brasil, entre 2003 e 2017. Busca-se compreender quais eram os principais objetivos, características e problemas que as TS buscavam solucionar.

Daniel Pereira dos Santos e Paulo Sérgio dos Santos, no texto *A economia solidária na Paraíba: as finanças solidárias como instrumento de crescimento local sustentável*, descrevem a evolução histórica dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) na Paraíba, os quais consistem em instrumentos importantes de difusão de iniciativas coletivas e de desenvolvimento das localidades e de propostas de políticas públicas no campo da economia solidária no estado.

O texto final da edição, *Economia solidária e obtenção de crédito: uma contribuição propositiva à luz do presente*, de autoria de Davi de Pinho Spilleir, detalha os problemas referentes à cessão de crédito a empreendimentos de economia solidária, e propõe formas de mitigar esses entraves. Isso foi feito por meio da elaboração de dois instrumentos de análise – um sob a ótica de usuário e outro sob a ótica institucional –, além da execução de uma pesquisa de campo que contou com ampla representatividade de empreendimentos de economia solidária, que puderam validar a pertinência e adequação dos elementos propostos.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Reginaldo da Silva Domingos

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA